

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência cumprimenta os deputados mirins do município de Tijucas, da Escola Básica Professora Olívia Bastos, que se encontram nesta Casa, na tarde de hoje.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento Catarinense!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do deputado federal José Carlos Vieira, que já foi deputado estadual. Ele está acompanhado do seu irmão, José Aluisio Vieira, o dr. Xuxo, nosso suplente de

deputado federal pela excelente votação que fez nesta última eleição; e do vice-prefeito de Joinville.

Eu tenho o prazer de dizer que comecei a minha vida política como motorista do deputado José Carlos Vieira, e é bom que os nossos deputados mirins saibam disso. É um prazer tê-lo aqui, deputado, e fique consciente de que valeu a pena os seus ensinamentos.

Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa!

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham através da Rádio Alesc Digital ou da TVAL, queria hoje, dia 28 de outubro, primeiramente, Dia do Servidor Público, dar parabéns a esses servidores que exercem uma função fundamental em todas as áreas, seja federal, estadual ou municipal, atendendo a nossa população. Então, parabéns a todos os servidores públicos.

Também, srs. deputados, seria normal e de praxe fazer um discurso de agradecimento pelos votos recebidos dos catarinenses a nossa presidenta reeleita, Dilma Rousseff. Seria também necessário agradecer a militância do Partido dos Trabalhadores, os militantes dos partidos aliados e a participação do governador Raimundo Colombo. Sim, é preciso agradecer e eu faço em nome do meu partido, deputado Dirceu Dresch e deputados Neodi Saretta, nosso líder. Seria normal e também de praxe enaltecer a nossa jovem democracia e as liberdades por ela permitidas, que são a liberdade de escolha e de expressão, seja nos meios de comunicação, nas redes sociais, nas rodas de amigos, nas reuniões familiares.

Contudo, quero convidar cada um e cada uma a fazer uma reflexão comigo. Uma reflexão a partir

da realidade humana que envolve o exercício do mandato da Presidência da República deste país.

Que sentimentos pautam a vida de uma mãe? Qual a ética que orienta a vida de uma avó? Além de ser mulher, ela é duas vezes mãe por ser avó. Venho fazer um grande elogio a essa grande mulher, que, além disso, é a presidenta de um dos países mais importantes deste planeta que caminha para ser a sexta economia do mundo, sem o disparo de nenhum tiro. A revolução que foi feita no país não precisou de guerra, de discórdia, foi grandiosa nos últimos anos, sem ter subjulgado nenhum país vizinho e sem ter explorado nenhuma nação. Tivemos a honra e o privilégio de sermos um dos primeiros países do mundo a eleger uma matriarca como presidenta, e isso faz toda diferença para a minha vida e para a de todos.

Carinhosa com os mais pobres e mais humildes, é uma mulher muito severa com o mau feito, como uma boa mãe deve ser. Tenho certeza de que a presidenta Dilma dará as respostas aos questionamentos sobre os casos que estão sob investigação. Não pensem que ela vai ficar inerte às acusações que aconteceram durante a campanha eleitoral. Aliás, essa foi umas das piores campanhas das quais participei, que parece continuar como se ainda houvesse um terceiro turno. As pessoas não entenderam que acabaram as eleições.

Essa mulher quando jovem ficou presa por três anos, porque ousou enfrentar a ditadura militar. Foi uma jovem corajosa. Lutou para que hoje nós pudéssemos viver uma democracia e escolher livremente os destinos do país, dos estados e dos municípios.

Por três longos anos esta mulher recebeu a visita de homens que a torturavam para que entregasse seus colegas e se rendesse à ditadura. Batiam, humilhavam, ameaçava a sua vida e ela, a nossa presidenta, não entregou um amigo, um endereço sequer, aguentou a tortura de uma forma que poucos homens aguentariam.

O que move a presidenta Dilma Rousseff é um sentimento superior que está aquém de muita coisa

e de muita gente, um sentimento superior, senhoras e senhores. Dilma Rousseff só tem uma obsessão: fazer este país crescer com justiça social para todos, não apenas para uma parte da população, todo mundo precisa crescer. É preciso perceber nesta mulher, nesta mãe, nesta avó, uma grande determinação em enfrentar a maior crise econômica de todos os tempos sem desempregar uma só pessoa, sem desempregar um só brasileiro. Pelo contrário, neste período de crise através de políticas de incentivo ao consumo, a desoneração fiscal, o microcrédito, conseguiu gerar mais de 5 milhões e 700 mil postos de trabalho.

Somente para ilustrar, no mês de setembro atingimos 4,9% de taxa de desemprego, a menor da história. É o pleno emprego. Em nossa Santa Catarina a taxa de desemprego é de apenas 2,7%.

A sensibilidade da mulher, mãe, avó e presidenta tornou possível sairmos do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas. Não podemos ignorar isso, muito menos torcer contra a justiça social que se está fazendo neste país. Ou somos contra que nossos irmãos brasileiros mais sofridos se alimentem três vezes ao dia?

Podemos ignorar que 36 milhões de pessoas deixaram a linha da miséria?

Sim, hoje é dia de agradecer, mas também de reafirmar que quem reelegemos é uma mulher, mãe, avó com a sensibilidade aguçada, com a experiência de um primeiro mandato realizado e pronta para enfrentar as mudanças que ainda precisam ser feitas. Nós somos privilegiados por termos uma mulher tão guerreira comandando este país. Quero destacar uma importante frase da presidenta, proferida durante seu discurso na noite do último domingo: "Conclamo, sem exceção, todas as brasileiras e todos os brasileiros para nos unirmos em favor da nossa pátria, do nosso país e do nosso povo".

Somente uma presidenta, uma mulher sensível aos acontecimentos, uma mãe que somente quer o bem dos seus filhos, teria a condição de buscar no diálogo todas as soluções necessárias para os problemas que o país ainda precisa enfrentar. E

numa atitude de humildade prometeu: "quero ser uma presidenta muito melhor do que fui até agora".

Talvez essas palavras não tenham conseguido traduzir o sentimento de uma mulher que tem responsabilidades na vida pública. Nós, mulheres, precisamos provar todos os dias do que somos capazes de fazer na política.

A presidenta Dilma Rousseff é hoje a mulher de quem todos cobramos.

Mas posso afirmar, senhores, que ela cumpre a sua missão com honradez, coerência e competência. Quando assumiu a Presidência pela primeira vez, em 2010, disse: "Meu compromisso é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos". E foi isso que ela fez durante seu mandato.

Eu tenho certeza de que a sociedade brasileira reconheceu em Dilma Rousseff a presidenta do Brasil que honrou esse compromisso e, só por isso, reelegeu-a.

Para finalizar, sr. presidente, também não posso deixar de traduzir a nota do jornalista, Carlos Damiano, na sua coluna do jornal *Notícias do Dia*: "Porque Dilma Rousseff venceu? Há inúmeras explicações, senhores, cada um deve ter a sua. Trago um testemunho isolado. Em dezembro de 2012 participei da banca de um TCC - Trabalho de Conclusão de Curso - na Estácio de Sá, de São José e, ao final, a aluna emocionada relatou sua vida: filha de uma empregada doméstica, a jornalista formada deu graças a Deus a conclusão de seu curso pelo programa do governo federal, o ProUni.

Foi isso que fez Lula, foi isso que fez Dilma Rousseff em oportunizar não apenas a uma parcela da nossa sociedade, não apenas a uma parcela do país, mas governou para todos.

Sr. presidente, muito obrigada pela atenção.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar os demais deputados, as sras. deputadas, quem nos acompanha aqui presente nesta sessão e também através dos meios de comunicação da Assembleia Legislativa.

Queria também aproveitar o silêncio, pelo menos momentâneo, nesta tarde de terça-feira, aqui neste Plenário, para falar um pouco desta campanha eleitoral, especificamente sobre o segundo turno. Todos puderam acompanhar que aqui mesmo desta tribuna expressei há duas semanas o meu voto e a nossa posição de apoio a Dilma Rousseff com o objetivo também de derrotar a outra candidatura concorrente. E gostaria de registrar que o fizemos, melhor dizendo, de forma coletiva, em nome do comunista Paulo César Prestes, mas também por convicção deste deputado, deste militante, justamente no momento em que Aécio aparecia nas pesquisas nacionais à frente de Dilma Rousseff. Portanto, sentimo-nos também o dever da tomada de posição e da sua devida publicação.

E nós que vivemos e militamos na década de 1990, sabemos das enormes dificuldades, da enorme taxa de desemprego de uma nação cuja economia está vinculada aos interesses dos monopólios situados ao norte do mundo, uma política vinculada mais aos interesses econômicos dos monopólios e do imperialismo americano e europeu em detrimento de uma política, pelo menos, mais autônoma e mais soberana por parte da nação brasileira e também, ao contrário, de uma relação mais horizontal entre os vizinhos do sul, aqui mesmo na própria América do Sul e também na África e na Ásia.

Então, tínhamos elementos relativamente importantes para uma tomada de decisão em favor de Dilma Rousseff e contra, portanto, a Aécio. No entanto, queremos registrar aquela manifestação evidente que nos rendeu críticas aqui no estado de Santa Catarina onde o Aécio teve a maior proporção de votos de todos os estados da federação. E eu soube, hoje, pelos jornais, que rendeu críticas, inclusive, ao governador Raimundo Colombo, embora eu estivesse achando que só a minha manifestação

tinha gerado críticas, mas fomos criticados e é importante também compreender os motivos dessa crítica.

Temos feito esse debate nos espaços e, principalmente, nas redes sociais onde temos maior presença.

Trago também a esta tribuna alguns elementos importantes desse debate e do nível do objetivo do apoio. O objetivo já é o manifestado: evitar um retrocesso. Acharmos que mudança não é a mesma coisa que retrocesso. São duas coisas bastante distintas, e 12 anos de história que o Partido dos Trabalhadores e aliados estão governando o Brasil não devem ser suficientes para fazer com que esqueçamos o que vivemos no passado. Evidentemente estamos falando de dois projetos hegemônicos pelo PT e pelo PSDB dentro do arco da proposta capitalista de organização da sociedade. Dois blocos de organização política representativa de setores econômicos vinculados à livre iniciativa e à economia de mercado. E esse registro é preciso ser feito para ficar claro que nós nunca tivemos e não temos a ilusão de que há uma proposta socialista de um lado e uma proposta capitalista do outro. Não! Não é esse o reflexo dos governos dirigidos ou protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores. Nós estamos falando de duas propostas capitalistas, inclusive no próprio debate da última sexta-feira quando o Aécio falou do investimento em Cuba a Dilma fez questão de dizer e de repetir que era para o bem de uma empresa brasileira que, na verdade, é um monopólio brasileiro, de uma empreiteira brasileira que está investindo, está explorando o povo cubano.

E de tanto Dilma Rousseff repetir que era do interesse de uma empresa brasileira, quase que ela perde o meu voto. Ela me irritou de tanto repetir aquilo, porque na verdade é esse o fato. É essa a característica dos investimentos do Brasil em todos os países vizinhos, e não difere nada o investimento no porto cubano dos investimentos em outros países de outros continentes: o projeto de uma empresa, de um monopólio capitalista, indo lá tomar conta de um espaço de mercado.

Em Cuba não é diferente. Por que em Cuba dá uma gritaria maior? Por conta da questão ideológica anticomunista muitas vezes preconceituosa ou quase todas as vezes preconceituosa, raivosa e rancorosa. E por conta de que os Estados Unidos da América ninguém deve investir em Cuba.

Aliás, Cuba deve morrer à míngua segundo a concepção deles. E há um bloqueio histórico, quanto que é proibido um navio que aporte em Cuba aportar nos Estados Unidos nos seis meses consecutivos, o que indica mais ou menos uma intenção de bloqueio. Mas do ponto de vista econômico, na essência, o projeto não tem nada de diferente. O Brasil não doou nada para Cuba. O povo cubano vai pagar aqueles investimentos do governo federal em uma empresa brasileira.

Portanto, estamos falando de dois projetos apenas um pouco diferentes. Apenas um pouco! Também para combater a tese de que a presidente Rousseff é comunista e o projeto é comunista.

A Dilma fala da necessidade de reformas e cita a reforma política, inicialmente. E eu gostaria muito que ela tivesse capacidade de convencer, pelo menos o seu vice, porque no ano passado, depois das manifestações, ela já fez essa proposta.

No dia seguinte, o seu vice, homem forte no Congresso Nacional, veio a público dizer que discordava e a proposta voltou para a gaveta, se é que de fato tinha saído.

Então, existem forças dentro do próprio governo que compõe o governo federal dos últimos 12 anos. Mas eu não me iludo porque sei que se Aécio Neves tivesse ganhado a eleição, a maioria deles também iria apoiar o Aécio e fazer o mesmo tipo de pacto, o mesmo tipo de acordo. Eu citei três motivos pelos quais votaria em Dilma Rousseff, são eles: a ampliação dos Institutos Federais de Educação e Técnico Profissional, a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sediada em Chapecó; e o programa Mais Médicos. Sei que o programa Mais Médicos é paliativo, mas deu nos dedos das corporações médicas, que não querem

o progresso social, o progresso no sentido mais amplo da palavra, o acesso universal à saúde no nosso país. A Saúde está muito vinculada ao cifrão e aos negócios monetários do nosso país, e isso precisa ser combatido e não tem sido feito de forma suficiente. O programa Mais Médicos é apenas um recado, um paliativo, importante, mas é paliativo e todos nós sabemos disso.

Mas tem que haver a necessidade de se organizar as bases da sociedade para que se possa, de fato, construir uma perspectiva de soberania popular e restabelecer a vontade da sociedade, a vontade da maioria do nosso povo. Esta é a grande ausência e a necessidade nesse processo eleitoral e nos outros processos eleitorais também.

Eu quero apenas dizer que é preciso politizar ou repolitizar o debate no sentido bom da palavra política. Política no sentido da dedicação à sociedade com o único objetivo de contribuir para melhorar o futuro, resgatar a política e envolver as bases sãs de consciência da sociedade num processo para resgatar a soberania popular diante da situação lastimável em que se encontra.

E essa eleição, independentemente de quem vencesse, já estava comprometida desde o primeiro turno, pois nunca foi tão insignificante a vontade do povo e nunca foi tão forte o poderio econômico num processo eleitoral como foi esse. E essa reforma precisa ser feita imediatamente no Brasil, mas, infelizmente, o Congresso Nacional, na verdade...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu quero, inicialmente, cumprimentar todos os deputados, as sras. deputadas, os catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, gostaria de saudar, de forma especial, as pessoas que estão nas galerias desta Casa e àquelas que

estão em meu gabinete aguardando o início de algumas audiências.

Também quero saudar, de forma carinhosa, os alunos da Escola Estadual Básica Professora Olívia Bastos, que foram eleitos para participar do Parlamento Jovem. São eles: Bruna Jacques, Jean Lincoln, Daniel Freire, Isabela Campestrini e Talia Simas, que estão acompanhados pelos professores Ronaldo Leal da Veiga e Elói Mariano Rocha, e pelas professoras Cleoni Grim e Márcia, todos presentes na galeria desta Casa que irão até a secretaria de Educação buscar, mais uma vez, recursos para a sua escola.

E assim como a Escola Estadual Básica Professora Olívia Bastos, temos aproximadamente 1.200 colégios, todos, graças a Deus, com seus diretores, com um grupo de professores muito empenhados e com seus alunos que naturalmente capricham em cada escola para termos uma boa educação.

Muito obrigado pela presença de todos, que participarão nos dias 11, 12 e 13 deste mês do Parlamento Jovem e estarão aqui para participar desse encontro tão importante.

Srs. deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares, que fez alguns comentários, sobre os quais gostaria de adicionar algumas palavras.

Certamente o poder econômico nunca teve uma influência tão grande quanto nesta eleição e percebemos em todas as eleições que o lado financeiro está ficando cada vez mais decisivo. Infelizmente, muitas vezes temos boas ideias, mas elas acabam desaparecendo se não forem muito iluminadas através dos holofotes do poder econômico.

Sr. presidente, como será feita essa reforma política? Fico decepcionado, de certa forma, quando vejo algumas entidades políticas muito fortes, muito grandes, dizer que farão um plebiscito para saber qual modelo de governo o povo quer. Como se isso fosse possível! Como se quiséssemos transferir às pessoas a responsabilidade de definir as coisas, como se os

representantes políticos, os deputados, os governadores, os prefeitos ou os presidentes não tivessem nenhuma noção do que está sendo, de fato, maléfico ao sistema. Talvez querendo encontrar uma forma que não apague a participação do poder econômico e que se possa, então, culpar o povo por mais um equívoco.

Então, como é que vamos exigir que a população diga, através de um plebiscito, o modelo de governo que eles querem? Na verdade sabemos que a reeleição, por exemplo, é um grande erro. Todo prefeito, governador ou presidente que concorre a um segundo mandato e não se reelege todos acham que é porque ele não foi um bom administrador. É isso que está no subconsciente de todos.

Srs. deputados, não podemos colocar a culpa apenas no administrador. Se observarmos, nas nossas cidades e nos nossos estados quem é a favor daquele que está no poder sempre pede alguma coisa valorosa em troca, ou seja, por um poder que se possa transformar em cifrão ou diretamente pelo cifrão. Se for contra o governo não custa nada, mas para apoiar seu candidato a deputado, a vereador, a governador, a prefeito ou a presidente à reeleição, vai querer alguma coisa grande em troca, como, por exemplo, um ministério, uma secretaria e assim por diante. É algo valioso!

Então, daquele que está no poder se cobra e ele pode pagar, entre aspas, pois necessariamente o preço não é em dinheiro.

Então, a reeleição, que é uma vergonha não ganhar, passou a ser um processo que exige do administrador tomar algumas condutas que não são tão éticas. E nós não podemos exigir que estivesse lá um santo no lugar da administração.

Assim sendo, como é permitida a reeleição ele vai usar todos os instrumentos para conseguir ganhar! Por que existe a reeleição? Qual é a cura disso? Não adianta exigirmos que o administrador, que o prefeito, que o governador ou que o presidente seja um anjo nem exigirmos que o povo não vá lá se vender! Nós precisamos é mudar o sistema, ou seja, apagar a reeleição! Apagou a

reeleição, acabou o comprador e o vendedor! Não existe mais o corruptor nem aquele que faz o processo. De igual maneira, a questão das coligações! Ninguém se coliga gratuitamente! Todos estão exigindo alguma coisa em troca, que é dinheiro ou mais do que isso!

Então, como vamos fazer para acabar com a corrupção relativa às coligações? A presidente é obrigada a pagar, a dar o ministério! O governador a dar a secretaria, o prefeito a dar a secretaria! Como é que nós vamos parar isso? Simples: acabando com as coligações. Se for proibido coligar o político que quiser apoiar o prefeito porque gosta da sua administração vai ter que ir lá e se filiar no partido dele! O agente político que quer ser contra vai ter que ir lá e se filiar a um partido em que as opiniões são diferentes daquela do prefeito, do governador ou do presidente! Porque se ele ficar num partidinho, depois, na hora da eleição, ele vai ser candidato.

Assim sendo, são importantes duas coisas tão grandes e tão simples que não precisamos perguntar para ninguém: proibir a reeleição e proibir as coligações. Assim, diminuiremos 75%, 80% dos gastos de campanha. O outro restinho é só acabarmos com a questão das placas, dos milhares de propagandas, do exagero do uso de papel, do exagero de placas que são colocadas nas cidades. Na minha cidade existiam políticos que nunca foram vistos, mas havia mais de mil placas lá! Cada placa custa R\$ 70,00 ou R\$ 80,00 e mais R\$ 100,00 para elas serem colocadas lá! Como é que colocam? Isso também custa dinheiro! No final vai somar bastante.

Não precisamos fazer plebiscito coisa alguma, pois todos os políticos, todos aqueles que conhecem um pouco sabem que isso é o que está corrompendo, é o que está movimentando esse volume de recursos. E as pessoas, no ano passado, quando fizeram aqueles movimentos, fizeram ao seu jeito. Cabe a nós, políticos, entender o que elas quiseram dizer e, daquele entendimento, fazer as mudanças que são necessárias para que isso seja melhorado.

Por isso, ao cumprimentar todos aqueles que foram eleitos, os deputados, do governador a presidente, quero dizer da nossa grande responsabilidade de interpretarmos os movimentos populares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSD, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando o espaço que nos é dado por parte dos deputados do PSDB, Marcos Vieira, Dóia Guglielmi e Gilmar Knaesel, queremos continuar a fazer a análise do resultado dessa eleição.

A minha cidade, Brusque, hoje é administrada por um prefeito do PT, sr. Paulo Eccel. E, além de ser o prefeito nos últimos seis anos, foi também o coordenador da campanha de Dilma Rousseff no estado de Santa Catarina.

O prefeito fez um volume muito grande de obras de pavimentação e de macrodrenagem - a soma de recursos para as obras da prefeitura de Brusque, ao menos aquelas que temos conhecimento, que foram publicadas, passa de R\$ 140 milhões, para uma cidade que tem 110 mil habitantes. Digo isso para que tenham uma ideia do volume de recursos que foi transferido a Brusque por conta de ser a maior prefeitura do PT em Santa Catarina. E por conta disso, certamente a Presidência também escolheu o prefeito para ser o coordenador da campanha. Seria mais ou menos, deputado Kennedy Nunes, como se lá em Joinville semeássemos uns R\$ 700 milhões ou R\$

800 milhões em obras. Imagino que isso daria para fazer uma mudança muito grande na cidade.

Então, com o volume de obras que foram feitas em Brusque, era de se esperar que 70 ou 80% das pessoas fossem às urnas agradecer ao candidato a deputado federal do prefeito, à candidata à Presidência da República e também ao governador, certamente. Mas vejam que, apesar desse volume todo de recursos em Brusque, que é uma cidade grande, estando entre as 12 maiores do estado...

Em cidades de porte médio estadual e nacional, no primeiro turno Aécio Neves obteve o maior percentual de votos, 72%, e no segundo turno 83% dos votos foram dirigidos a Aécio Neves. E se olharem os percentuais de todas as cidades de médio porte, verão que a população de Brusque deu o maior percentual de votos no Brasil para Aécio Neves. Ou seja, isso dá a impressão de que foi dado um grande recado, e tenho que tirar o chapéu para a população de Brusque! E poderiam pensar que esse percentual foi devido aos empresários, porque parece que somente eles têm uma noção da questão econômica, mas não! Como 82% dos votos foram para Aécio Neves, sobram poucos votos! Ou seja, quase todos disseram "não" à política atual da Presidência e à questão econômica, por exemplo.

O crescimento de menos 1% para um país que cresce 2% dá uma resultante de menos 1%! Ou seja, do ponto de vista relativo, a necessidade das pessoas cresceu 2% e o governo cresceu 1%. Ou seja, está negativo em nível nacional!

E as pessoas de Brusque compreenderam que não é a obra da macrodrenagem da beira rio mais bonita, que não é a praça mais iluminada e mais bonita que vai mudar a vida deles. O que muda a vida é a fábrica, a empresa onde ele trabalha, de uma forma indireta. O patrão vai achatando os salários e está cheio de gente ganhando R\$ 600, R\$ 700.

O eleitor está dizendo "não" à política de saúde. Brusque, como em mais de 40, 50 cidades grandes de Santa Catarina, tem três hospitais que não tem condições técnicas de fazer qualquer cirurgia, e que são feitas em Florianópolis. Lá

são feitas cirurgias neurológicas, cirurgias de câncer, tudo quanto é tipo de tratamento se faz lá, particular, pela Unimed ou por outros convênios, mas pelo SUS, não. Isso dá a impressão, deputado Sargento Amauri Soares, de que é o doutor que é o mercenário, que é o hospital que é o mercenário e não quer atender pelo SUS. Não! Não tem autorização. O hospital não é credenciado para cirurgias de alta complexidade! Sabe o que acontece se o hospital fizer uma cirurgia, por exemplo, de câncer de rim e se, por acaso, o doente passar mal? Ele poderá processar o hospital e sair na manchete dos jornais no dia seguinte: "O hospital que não tinha credenciamento operou o paciente e ele morreu." E sabem por que alguns hospitais não possuem credenciamento pelo SUS? Porque a AIH normal paga R\$ 600, mas se o hospital tiver credenciamento para alta complexidade, paga R\$ 1.200.

Então, o que é que o SUS não quer? Não quer pagar o R\$ 1.200, não quer pagar um pouquinho mais para melhorar a saúde. E assim ocorre com a grande maioria das cidades, como Concórdia, São Bento do Sul, Curitibanos, Joaçaba, Chapecó, São Miguel d'Oeste etc. Isso ocorre, na verdade, na grande maioria dos hospitais, com exceção de Criciúma, Lages, Joinville, Blumenau, além de Florianópolis. E isso faz com que os pacientes precisem se deslocar do interior para cá.

Então, na hora em que 83% dos cidadãos de Brusque disseram "não" a presidente, eles estavam discordando dessa forma de política, porque não é a pavimentação de uma rua ou uma praça iluminada que vai mudar a vida das pessoas, mas, sim, a mudança de postura política, uma mudança econômica, uma mudança dentro das regras políticas, a mudança da saúde, da segurança e várias outras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, lideranças presentes nesta Casa no dia de hoje, tivemos a vitória do Partido dos trabalhadores e de seus aliados.

(Passa a ler.)

"O PT, nascido no chão de fábrica para que todos os brasileiros e as brasileiras pudessem ter o resgate de sua dignidade, termina esta campanha com uma guinada à esquerda, caminhando junto com os direitos humanos, com as nossas bandeiras históricas, como o sonho sempre vivo de uma vida melhor e com a certeza absoluta de ter mudado a realidade de mais de 200 milhões de pessoas.

O PT, que enfrentou novamente a poderosa máquina da comunicação - através da qual foi massacrado quase diariamente -, foi vítima de uma tentativa de golpe midiático na véspera do segundo turno, venceu a quarta disputa presidencial.

Além disso, elegeu cinco governadores: Bahia, Piauí, em Minas Gerais, no 1º turno; Acre, Ceará, no 2º turno.

O PT será o partido que governará o segundo maior número de habitantes, 48,7 milhões de pessoas.

O PT terá a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda maior no Senado.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores termina a campanha de 2014 mais fortalecido.

A vitória de Dilma foi a vitória do povo brasileiro em toda a sua abrangência, diversidade, pluralidade e regionalidade. Ainda que Dilma não tenha vencido em todas as regiões do país, é absurda, preconceituosa e equivocada a leitura de um país dividido por região, raça ou renda. Essa leitura, que prega certo ódio e incita um discurso antidemocrático e racista deve ser totalmente condenado.

Dos mais de 54,5 milhões de votos que Dilma recebeu, 54,82% vieram das regiões sul, sudeste e

centro-oeste; 45,08% das regiões norte e nordeste, onde Dilma ganhou em todos os estados.

Os votos obtidos por Dilma nos estados do norte e nordeste, apesar de muitos, cerca de 24,7 milhões, não superaram os recebidos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que formam mais de 26,7 milhões.

Não há região do Brasil que exista unanimidade: no país democrático em que vivemos, as opiniões divergem, como não poderia deixar de ser. Não há essa polarização extrema, não há um lado vermelho e outro azul, há diversos matizes, diversos tons que compõem a democracia brasileira pela qual lutamos e da qual temos tanto orgulho.

Nossa presidenta Dilma Rousseff acerta em seu discurso de vitória ao assumir o compromisso e desafiar a sociedade e os partidos políticos a fazerem a reforma política. A mãe de todas as reformas.

Não podemos mais permitir que o poder econômico manipule a nossa democracia. Temos que avançar para uma reforma que proíba o financiamento privado das campanhas eleitorais.

O povo de Santa Catarina ganha muito com a vitória de Dilma. Teremos uma presidenta que sempre soube dar atenção ao nosso estado e aos nossos municípios, garantindo investimentos, obras, recursos. Uma presidenta que socorreu os municípios catarinenses durante os momentos de seca ou de enchente. Um governo que por meio do PAC investiu mais de R\$ 50 bilhões em obras em Santa Catarina e garantiu R\$ 10 bilhões ao governo catarinense, sendo mais de R\$ 500 milhões destinados para obras nos municípios.

Teremos uma presidenta comprometida com a modernização/duplicação da BR-282 e a construção da Ferrovia da Integração, que vai ligar o extremo oeste do nosso estado ao litoral. Comprometida com as obras que restam para finalizar a BR-101.

Teremos uma presidenta que soube manter o poder de compra dos trabalhadores e a inflação controlada. Somos um estado que tem como base a produção de alimentos. Se o trabalhador ganha

mais, ele consome mais alimentos e beneficia diretamente a agricultura familiar catarinense.

Teremos uma presidenta que vai seguir ampliando a geração de emprego, o acesso à educação superior pública e profissional gratuita e de qualidade, a exemplo da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e a unidade do Instituto Federal (IFSC) de São Carlos.

Teremos uma presidenta comprometida com o crescimento social e com a distribuição de renda. Uma presidenta que tirou o Brasil do mapa da fome - 40 milhões de brasileiros saíram da linha da miséria e outros milhões entraram na classe média.

Teremos um governo que fez do Brasil um país respeitado em todo o planeta.

Parabéns, presidente Dilma Rousseff, que Deus a ilumine para seguir realizando as transformações do nosso Brasil e inclusão social para tanta gente que precisa."

Então, quero aqui terminar esta minha fala, em nome do nosso Partido dos Trabalhadores, cumprimentando e parabenizando todos que se empenharam e que estiveram na campanha. Não tivemos vitória em Santa Catarina, mas a presidente Dilma Rousseff, como sempre fez, respeita cada brasileiro e cada brasileira, esteja ele onde estiver, seja no nordeste ou seja no sul, pois criou-se um falso debate de que o governo investiu muito no nordeste e de ricos contra pobres.

Aqui está um exemplo: nunca na história se investiu tanto em Santa Catarina, deputado Serafim Venzon, talvez a sociedade de Brusque não tenha compreendido o investimento naquela cidade, pois o nosso estado é um dos piores do Brasil em saneamento básico e nunca recebeu tantos investimentos na área. Investir em saneamento básico, em baixo da terra, é também um grande investimento em saúde pública, talvez seja um dos principais investimentos para que as pessoas não fiquem doentes.

Então, talvez, esse seja um dos grandes debates que precisamos fazer em nosso estado.

Infelizmente, estamos vendo em Santa Catarina um baixíssimo investimento em infraestrutura. Precisamos debater isso aqui nos próximos quatro anos com muita força, pois o nosso estado precisa fazer maiores investimentos em saúde, em segurança pública, em educação, em agricultura familiar e em micro e pequena empresa.

Estamos muito felizes pelo que o governo federal fez em Santa Catarina. Ajudamos na construção das grandes obras que estão em andamento e em outras que já estão prontas. Vamos continuar este nosso trabalho com seriedade, sempre lutando por Santa Catarina. Não temos dúvida de que o nosso partido, a nossa bancada vai continuar ajudando Santa Catarina, e a presidente Dilma Rousseff, mesmo não ganhando a eleição aqui, vai continuar olhando para cada catarinense como sempre fez, com muito carinho, com muito respeito e trazendo grandes investimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência agradece mais uma vez aos nobres estudantes da cidade de Tijucas, aos vereadores mirins e demais visitantes presentes nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha aqui ou pela TVAL.

Falando, ainda, sobre eleição, aqui em Santa Catarina tivemos a maior proporção de votos em favor de Aécio Neves contra Dilma Rousseff. Quero registrar, deputado Serafim Venzon, v.exa. que falava aqui, orgulhosamente, dos resultados da

cidade de Brusque, os resultados da cidade de Imbuia.

Na cidade de Imbuia, no alto vale de Itajaí, deputado José Milton Scheffer e deputada Angela Albino, vencemos a eleição pela diferença de oito votos em favor de Dilma Rousseff. Olha que nem fui à cidade de Imbuia no segundo turno.

Se tivesse ido teria ficado a mesma coisa, aliás, as pessoas votaram lá por serem pequenos agricultores que têm financiamento do Pronaf. Os pequenos, em geral, percebem isso. Então, fiquei muito feliz com o número de eleitores a favor de Dilma, que fez 1.937 votos, contra 1.929 para Aécio. Foram oito votos de diferença a nosso favor. Portanto, não foi por toda Santa Catarina que o Aécio ganhou, pois na cidade de Imbuia, no alto vale, vencemos a eleição. Mas sem tirar e nem por nada do que estava falando antes e por certo que é muito importante continuarmos aprofundando esse debate, os grandes problemas nacionais ainda precisam ser enfrentados aqui no Brasil.

Eu queria usar esse espaço para fazer um convite a todos os pares, deputados e deputadas, a todos os servidores dessa Casa, a todos que estão nos acompanhando também TVAL e pela Rádio Alesc Digital, para participarem da sessão especial em homenagem à Coluna Prestes, pelos seus 90 anos, agora, no mês de outubro. Aliás, no dia de hoje faz 90 anos que a Coluna Prestes saiu de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e caminhou por 25.000km, ou seja, por todo o território brasileiro, passando por quase todos os estados que existiam há época, inclusive por Santa Catarina, e daria para seguir pelo Brasil afora. Passou pelo extremo oeste, na cidade de Descanso, que recebeu esse nome porque foi lá que a Coluna Prestes fez um acampamento de descanso, para dar um tempo na marcha e prosseguir. Então, o nome da cidade foi em virtude do acampamento da Coluna Prestes.

Então, hoje, onde é a cidade de Dionísio Cerqueira, houve o combate de Maria Preta, em que as tropas legalistas combateram pensando que estavam combatendo a coluna, que já tinha se

retirado durante a madrugada. Então, também em Santa Catarina, há parte da história desse movimento, que foi formado majoritariamente por oficiais intermediários e inferiores para usar a terminologia militar, das forças armadas brasileiras, o Movimento Tenentista, como era conhecido na história do Brasil, que tinha como objetivo moralizar a política.

Deputado Kennedy Nunes, às vezes se associa a Coluna Prestes ao Movimento Comunista Internacional, entre outros, mas não tem absolutamente nada a ver.

A Coluna Prestes era um movimento de jovens oficiais das forças armadas que buscava moralizar a política, defender instituições públicas, nacionais e garantir o voto secreto combatendo o voto da caneta - em que se votava na frente do coronel armado de espingarda. E aí ganhava sempre aquele que tinha mais poder econômico e até poder militar na região e no estado. Então, essa era a pauta, combater a riqueza de uns e a pobreza de outros. Era uma manifestação de repúdio à imensa pobreza em que vivia a maioria da população brasileira, especialmente no grande campo brasileiro.

Portanto, renovo o convite para, na próxima quinta-feira, às 19h, aqui neste plenário, numa sessão especial, homenagearmos os 90 anos da Coluna Prestes, com a presença da filha de Luiz Carlos Prestes, a historiadora Anita Prestes. Então, depois de amanhã, neste plenário, todos estão convidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Belo convite para que todos os catarinenses possam participar.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar todos os catarinenses que foram

às urnas neste último domingo pois, talvez, o voto mais importante seja para presidente da República. Cada brasileiro fez a sua escolha. Acho que o resultado da eleição foi tão equilibrado que não dá para dizer que uma proposta foi vencedora e que a outra foi derrotada.

Está de parabéns a presidente eleita Dilma Rousseff e está de parabéns também o senador Aécio Neves. Os dois candidatos contribuíram muito com o processo democrático. Acho que esse debate foi bastante importante. Mostra o amadurecimento e também o equilíbrio das forças. E, acima de tudo, as urnas deixaram um grande recado para a presidente Dilma Rousseff: o governo precisa mudar, avançar e melhorar para poder representar e atender bem a população. São 50 milhões de votos que o candidato da Oposição fez, mostrando que o governo precisa repensar suas práticas. Mas, sem dúvida nenhuma, o povo brasileiro reconhece todo o esforço do atual governo em alguns setores e as falhas em outros.

Quero, nesta tarde, além de cumprimentar todos os partidos políticos, em especial o PT e o PSDB, que tinham os dois candidatos no segundo turno da eleição presidencial e desejar que nos próximos quatro anos haja muito progresso, prosperidade e oportunidades para o povo brasileiro em todas as regiões do Brasil.

Queria falar, de maneira breve, sobre o Projeto de Lei n. 0591/2013, de autoria deste deputado, que dispõe sobre o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefone e gás das instituições hospitalares e filantrópicas em Santa Catarina, que foi deliberado nesta manhã na comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

É de conhecimento de toda a sociedade catarinense que os hospitais e as entidades filantrópicas estão há muito tempo passando por sérias dificuldades financeiras. E o objetivo da proposta é atuar na defesa da saúde catarinense, buscando um incentivo fiscal através da isenção da cobrança do imposto nas contas de energia elétrica

e de água dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, que são em número de 182 e atendem mais de 50% do SUS de Santa Catarina. Aliás, 60% dos pacientes do SUS são atendidos por hospitais filantrópicos que prestam na sua essência um serviço público à sociedade catarinense, tendo em vista que a tabela do SUS está defasada há muitos anos, causando um grande prejuízo para essas instituições. A forma como Santa Catarina tem de compensar isso talvez seja, num primeiro momento, isentando suas contas de energia elétrica e água do ICMS, e, num segundo momento, isentando a cobrança do imposto das máquinas e equipamentos médico-hospitalares.

Vejam que se comprarmos uma geladeira teremos o incentivo fiscal, mas, se comprarmos um aparelho de raios X para um hospital filantrópico ou para uma Santa Casa deste estado, teremos que pagar quase 40% de ICM. Alguma coisa não está correta nisso. Então, este projeto precisa que a Assembleia Legislativa olhe também a situação desses hospitais.

Todos passamos por uma campanha eleitoral, percorremos todo o estado e vimos a situação do atendimento médico-hospitalar neste estado. Isso é fruto de uma série de questões, mas poderemos contribuir com a Saúde, isentando os hospitais de pagamento de ICM na compra de equipamentos e também com relação à cobrança de energia elétrica, de água e serviços prestados pelo estado.

Hoje os hospitais de Santa Catarina devem para a Celesc mais de R\$ 30 milhões, impedindo eles, inclusive, de celebrarem, convênios para melhorar o atendimento das pessoas.

Então, esse projeto é de interesse dos catarinenses e pedimos o apoio de todos os deputados para que ele possa tramitar o mais rápido possível nesta Casa para melhor, sem dúvida, a situação dos hospitais de Santa Catarina.

Santa Catarina tem no voluntariado, na filantropia, uma das suas vertentes comunitárias mais fortes. E o governo do estado, que dá incentivo para tantas atividades importantes para

a economia como a vinda de empresas para cá e adequação dos nossos portos, esqueceu nos últimos anos de dar um incentivo para os hospitais. Atender aos hospitais filantrópicos catarinenses é, sem dúvida nenhuma, atender às pessoas em primeiro lugar. Por isso, fica o pedido deste deputado aos nossos pares para que possamos criar um grande debate nesta Casa e permitir que os nossos hospitais possam ter este benefício.

Por fim, deputado Kennedy Nunes, quero também, nesta tarde, manifestar a minha preocupação e o meu apoio pela extrema importância do tema que diz respeito às operações realizadas pelo Gaeco - Grupo de Atuação Especial de Combate do Crime Organização -, força-tarefa constituída pelo Ministério Público, Polícia Militar e Polícia Civil para combater fraude de adulteração de leite, com a prisão de diversos envolvidos, principalmente transportadores, empregados e proprietários de indústrias, com o fechamento de laticínios e a retirada do mercado de grande volume do leite adulterado.

A adulteração do leite, alimento consumido pela maioria da população em suas diversas formas como bebida ou componente dos mais variados alimentos, pode causar sérios danos à saúde das pessoas, principalmente crianças, pois os produtos utilizados na adulteração, como o peróxido de hidrogênio (popularmente conhecido como água oxigenada) e soda cáustica, são altamente tóxicos.

Com responsabilidade por envolver uma das mais importantes atividades econômicas do estado, que envolve em torno de 60.000 produtores que vendem leite para a indústria inspecionada com a produção em 2014 devendo girar em torno 3 bilhões de litros, além de estar presente em quase todas as propriedades agrícolas do estado, principalmente da agricultura familiar, que orgulha todos nós. Os produtores produzem o leite e no caminho até a indústria ele acaba sendo adulterado, prejudicando os agricultores, mas acima de tudo, prejudicando os consumidores de leite de Santa Catarina. Esse fato não prejudica apenas o produtor de leite, mas toda a geração de emprego na indústria. O leite,

hoje, tem mais de 200 produtos e subprodutos que derivados e é importante que esta Casa acompanhe de perto essa investigação. Eu, como membro da comissão de Agricultura, funcionário de carreira da Epagri, quero aqui colocar a comissão de Agricultura em alerta, acompanhando essa operação do Gaeco, do Ministério Público, para que possamos fazer Justiça. Não faz parte da índole do agricultor catarinense nem do industrial catarinense a adulteração de um produto tão nobre, tão puro, tão essencial à vida como o leite.

Por isso, quero aqui manifestar o nosso repúdio, o nosso protesto, mas, acima de tudo, pedir que a comissão de Agricultura desta Casa acompanhe de perto as investigações que estão sendo feitas para que possamos punir os responsáveis e nos adequar à legislação. É preciso chamar atenção também do governo do estado que a Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola -, que faz a fiscalização, está ainda sem assinar o seu acordo coletivo por detalhes que ainda precisam ser resolvidos. Essa companhia que tem um papel importante junto ao Ministério da Agricultura na fiscalização dos produtos de origem vegetal e animal no estado. Gostaria de chamar atenção, pois somos referência e líder em produtividade de leite, sobre a importância desse tema para o estado, para os nossos agricultores, para os nossos consumidores.

Santa Catarina é um grande produtor nacional e mundial de alimentos e precisa ter uma preocupação especial com a adulteração criminosa que está sendo feita no leite catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Concordo com sua preocupação e acho que esta Casa com certeza deve se preocupar também com relação a esse alimento que é o leite. Nós não podemos deixar que a ganância tire proveito disso.

Senhores, com o fim do horário dos Partidos Políticos, esta presidência suspende a sessão até as 16h, quando entraremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0057/2014, 0074/2014, 0301/2014, 0307/2014, 0340/2014, 0361/2014, 0378/2014, 0422/2013, 0435/2014, 0471/2014, 0525/2014, 0528/2014, 0547/2014, 0548/2014, 0551/2014, 0555/2014, 0561/2014, 0567/2014, 0569/2014, 0615/2014, 0620/2014, 0643/2014 e 0644/2014.

Também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0159/2014, 0205/2014, 0260/2014, 0268/2014, 0369/2014, 0586/2014 e 0597/2014.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0034/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e a de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0065/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0076/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que obriga a impressão do Calendário Oficial de Vacinação na contracapa dos cadernos distribuídos gratuitamente aos alunos das escolas públicas estaduais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0102/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Selo Jovem no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Educação, Cultural e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 434 e 435, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Moção n. 85 de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Otávio Leite e ao presidente do Senado Renan Calheiros, apelando para a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0116/2013, para dispor sobre a formação dos professores de Educação Física na educação básica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente neste plenário, catarinenses que nos ouvem.

Sr. presidente, peço que seja registrada as presenças dos srs. José Carlos Vieira nosso sempre deputado federal e do Xuxo, nosso suplente de deputado federal, da cidade de Joinville.

Estive presente em uma reunião do Comitê Temático de Segurança, da cidade de Joinville, com várias entidades, deputado Valdir Cobalchini, juntamente com o delegado Regional do 17º e do 8º Batalhão da nossa região.

Estiveram presentes também o IGP, o Ministério Público, a Defesa Civil, Bombeiros Militares e

Bombeiros Voluntários, ou seja, todos os que estão envolvidos na macro segurança pública. Eles formaram um comitê e, uma vez por mês, deputado Ismael dos Santos, sentam para conversarem sobre a segurança pública.

E quando houve aquele episódio dos ônibus queimados em que a cidade de Joinville também estava no mapa daquele ato de terrorismo e ainda está, porque ontem às 22h30, no bairro Ademar Garcia, na zona sul da cidade, mais um ônibus foi incendiado, houve uma reunião no dia 26 de agosto deste ano.

E essa reunião foi feita com representantes da secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, do coronel Fernando Rodrigues de Menezes que estava representando o secretário de Segurança Pública, dr. César Augusto Grubba; contando também com a presença do secretário Sady Beck Junior, da secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, onde foram observados alguns problemas que estavam ocorrendo na cidade de Joinville.

Foi resolvido, deputado Darci de Matos, nesse comitê temático, que em até 30 dias a secretaria de Segurança Pública e a secretaria de Justiça e Cidadania dariam, deputado Marcos Vieira, respostas para o comitê e demais pessoas envolvidas em alguns assuntos que são preocupantes na cidade de Joinville com relação à segurança pública.

Portanto, a reunião foi realizada no dia 26 de agosto, mais 30 dias seria 26 de setembro, mas já estamos no dia 28 de outubro, ou seja, há 62 dias que foi realizada a reunião e nenhuma resposta veio para o comitê.

Eu volto a dizer que, a pedido do governador Raimundo Colombo, representantes de órgãos responsáveis pela segurança foram até Joinville e comprometeram-se em dar respostas às perguntas que foram feitas na reunião do dia 26 de agosto, onde informaram que estavam para ser formados 244 agentes penitenciários e que 43 desses agentes seriam destinados à região norte de Santa Catarina. Sobre o ambulatório do Presídio Regional, foi colocado que a empresa vencedora não

cumpriu prazos estabelecidos para a entrega dos equipamentos e que dariam as respostas. Também sobre a licitação das unidades prisionais, sendo duas para Joinville, inclusive a unidade feminina que foi aberta licitação há pouco tempo e sobre o bloqueador do telefone celular para o Presídio de Joinville, isso tudo na área da secretaria de Justiça e Cidadania.

Na questão relativa à área de Segurança Pública, os responsáveis na reunião disseram que os 500 policiais militares formados, sendo 153 bombeiros militares e 406 da polícia civil; e que parte dos 1.620 mil agentes temporários administrativos iriam para a cidade de Joinville. E quando? Pediram 30 dias para responder, mas até agora não disseram absolutamente nada.

O decreto autorizado pelo governo é para a contratação de 650 agentes temporários, desses, 200 seriam para Joinville. Quando? Até agora nada, deputada Dirce Heiderscheidt, e já faz 60 dias!

Na questão do concurso da Polícia Civil, os 50 candidatos ao cargo de escrivão de polícia, que estão sendo reivindicados, e também à questão do gargalo que foi abordado pelo delegado regional na questão do boletim de ocorrência, até agora também nada.

O coronel Valdemir Cabral, comandante da Polícia Militar, informou que em Joinville no último concurso havia 136 vagas e que apenas 95 concluíram o curso.

E trago hoje esses dois ofícios que foram encaminhados no dia dez de outubro: um para a secretaria de Justiça e Cidadania e o outro para o secretário César Augusto Grubba, secretário da secretaria de Segurança Pública, porque já se passaram 30 dias que ficaram de dar respostas e já chegamos ao sexagésimo segundo dia sem respostas. O ofício já chegou às mãos dos responsáveis, mas sequer foi dada uma resposta por esses integrantes do governo estadual.

Venho aqui como representante de Joinville, assim como os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, trazer e cobrar desta tribuna uma resposta da secretaria de Segurança Pública e da

secretaria de Justiça e Cidadania com relação a essas questões que foram colocadas, cobrar respostas que disseram em Joinville que dariam e até agora não deram nem as datas, não fizeram absolutamente nada! E nós estamos cobrando!

Talvez, deputado Mauro de Nadal, sejam atitudes desse tipo de pessoas, as que ignoram as entidades, que ignoram um pedido da comunidade que depois vem refletir nas urnas. Por isso, em Joinville, o senador Paulo Bauer tenha quase conseguido ultrapassar a votação do governador Raimundo Colombo, que ganhou a eleição naquele município por apenas 2.500 votos, porque as pessoas responsáveis, por parte do governo, sequer dão respostas às comunidades.

Por isso, estou aqui desta tribuna falando em nome do Comitê Temático de Segurança Pública e exigindo respostas, secretário Grubba e delegado-geral, dr. Aldo. Respondam, por favor, os Ofícios n.s: 009/2014 e 008/2014, que estão, inclusive, com papel timbrado da secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Espero que essa minha fala possa chegar aos responsáveis. Não posso culpar o governador Raimundo Colombo por isso, inclusive por que eles foram lá sob o comando do governador para ouvir o que estava acontecendo e saíram de Joinville com os pedidos, com as reivindicações e as colocaram não se sabe onde, e ainda se fazem de surdos.

Mas nós estamos aqui cobrando uma resposta da secretaria de Segurança Pública e da secretaria de Justiça e Cidadania sobre esses ofícios que até agora, passado 100% do prazo que deram, não responderam, não atendem ao telefone e sequer dão alguma posição sobre aquilo que se comprometeram na reunião do dia 26 de agosto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - o próximo orador inscrito é o deputado Mauro de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero

oficialmente agradecer todos os eleitores de Santa Catarina que confiaram a este deputado os votos para que pudesse no pleito passado renovar nosso mandato com compromissos assumidos com todos os catarinenses.

Foram 54.110 votos em Santa Catarina, e quero honrar cada voto prometendo muito trabalho, muita seriedade no trato e na condução de todas as matérias que forem afetas à vida e ao cidadão de Santa Catarina. Portanto, meus agradecimentos pela confiança dedicada no pleito passado.

Sr. presidente, hoje estamos comemorando o primeiro ano da lei que institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco. Esta lei foi um projeto de minha autoria, que teve a sanção de s.exa., o governador do estado de Santa Catarina e, neste dia de hoje, em Canoinhas, toda a cadeia produtiva de tabaco está comemorando o Dia Estadual do Produtor de Tabaco.

Por que fizemos esse projeto de lei que culminou na Lei n. 16.114? Primeiramente, como reconhecimento a essa cadeia produtiva, em sabermos de que na pequena propriedade rural, no pequeno espaço de terra produz-se uma renda considerável para as famílias. E é por causa do reconhecimento, por causa dessa luta, do trabalho desses pequenos agricultores do estado de Santa Catarina que resolvemos editar esse projeto de lei.

Muito se fala neste país no combate ao fumo, do qual eu também sou uma das pessoas, um parlamentar que combate o consumo. Mas não podemos esquecer-nos daqueles que produzem, até porque daquilo que se produz em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná, mais de 86% são exportados. E não estamos, ao valorizarmos aquele que produz, estimulando as pessoas a consumir o cigarro, porque consumir é um direito de cada um, a pessoa consome se quer e ninguém é obrigado a consumir cigarro. Então, não podemos simplesmente retirar esse modelo produtivo da vida desses pequenos agricultores sem a eles oferecer uma alternativa que possa produzir a mesma renda no mesmo espaço de terra.

Srs. deputados, hoje ainda, na economia catarinense, na vida desses agricultores, a fumicultura representa muito. Para termos uma ideia, em Santa Catarina mais de 48.000 pequenos agricultores buscam nesse plantio a subsistência da sua família e a sua permanência no meio rural.

Tenho certeza absoluta de que se fôssemos retirar esse cultivo da propriedade desses agricultores eles não ficariam mais no interior do estado catarinense, teriam que encontrar alternativa, ou melhor, teriam que residir na cidade em busca do trabalho assalariado.

A renda média de cada uma dessas famílias no ano de 2012 chegou a R\$ 52.000. É uma renda, para quem sobrevive da pequena propriedade rural, considerável. E os três estados do sul contribuíram, em 2012, com mais de R\$ 10 bilhões para a arrecadação de impostos e para a economia do nosso país. Somente no território catarinense foram mais de R\$ 2,5 bilhões injetados na economia do nosso estado.

Então, quero fazer esta referência no dia de hoje para homenagear essas famílias e comemorar, porque lá elas estão comemorando em um evento organizado pela Afubra, pela Fetaesc e por várias entidades que estão envolvidas com o plantio do fumo o primeiro ano da lei que institui o Dia Estadual do Produtor do Tabaco.

Assim sendo, quero, nesta tarde, fazer uma homenagem a essas famílias, a essas entidades que lutam e trabalham pela economia catarinense e, acima de tudo, pela busca de alternativas para a sobrevivência da pequena propriedade rural.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Mauro de Nadal, na verdade, a indústria fumageira nos últimos 50 anos, 60 anos, deu um apoio muito grande à renda das famílias, principalmente à família do interior.

Mas eu pedi este aparte para comentar, principalmente, de que normalmente quando se fala em cigarro ou em produtos do fumo pensa-se logo em

coisa ruim e como se ele fosse o único produto ruim que nós produzimos. Nós podemos comparar o cigarro ao fabricante de vinho, por exemplo. Não pensem v.exas. que o álcool do vinho também não pode provocar cirrose hepática como o álcool da cachaça, do uísque ou o álcool da cerveja. Quer dizer, onde colocamos o produtor do fumo? Do lado do produtor do vinho, do produtor de cerveja, do produtor do uísque. No entanto, apesar de todo mundo comentar que bebida alcoólica é muito ruim, ainda não há uma pecha como acontece com o produtor de cigarro.

De forma que, apesar do malefício que o cigarro faz, e continuamos insistindo que não faz bem à saúde, ele não é o único produto, entre tantos que citei, que faz mal, mas participa, afinal, da economia, como v.exa. bem colocou.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Foi muito boa a sua contribuição, deputado Serafim Venzon.

Quero também comemorar a reabertura, somente para veículos pequenos, da travessia da ponte que liga o município de Iraí, no Rio Grande do Sul, até o município de Palmitos, em Santa Catarina.

Essa ponte havia sido interditada pelo DNIT do Rio Grande do Sul em junho deste ano, mas ainda no ano que passou ela estava com alguma interdição, ou seja, até 16 mil toneladas, o tráfego acontecia pela ponte em meia pista. Mas em junho deste ano todo trânsito por essa ponte foi interditado. E agora, nesse final de semana, no sábado, houve a reabertura de meia pista para veículos pequenos.

Embora todos nós estivéssemos em período de eleição, como deputado estadual eu continuei o trabalho de cobrança e reivindicação junto DNIT do Rio Grande do Sul, mais precisamente o DNIT responsável por aquela ponte, que é o de Cruz Alta, cobrando agilidade nos trabalhos de restauração dos pilares que estão danificados.

Essa é uma ponte importantíssima não somente para a economia catarinense, mas também para a economia do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porque por lá acabam transitando a maioria dos caminhões que

transportam grãos, alimentos. Essa ponte que liga Iraí ao município de Palmitos, a travessia sobre o rio Uruguai, é um grande corredor econômico.

E vamos continuar atentos, vigilantes e cobrando agilidade nos trabalhos porque queremos, sim, que toda a ponte seja liberada - e precisamos dessa liberação. É claro que está em andamento aquela construção alternativa de uma balsa de travessia, principalmente nesse momento para caminhões, mas temos algumas restrições com o município do estado vizinho, Iraí, onde o prefeito não admite colocar a estrutura necessária para que a balsa possa funcionar.

No território catarinense já estamos com a infraestrutura basicamente pronta. O prefeito de Palmitos já colocou toda a estrutura necessária para que a balsa possa atracar às margens do rio Uruguai. Mas precisamos de uma resposta imediata do DNIT do Rio Grande do Sul com relação à recuperação da ponte. Necessitamos restabelecer todo o tráfego naquela região, porque com isso ganha o país, ganhamos nós, catarinenses, que dependemos muito dessa travessia, e, principalmente, ganha a região do extremo oeste catarinense, que se desenvolve a passos largos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhores e senhoras da imprensa, eu ouvi, deputado Mauro de Nadal, v.exa. fazer menção aos produtores de fumo, e quero dizer que na minha infância a minha família foi produtora de fumo de estufa. O proprietário da primeira estufa que nasceu em Santa Catarina, em Concórdia, foi o meu pai. Portanto, sei do sacrifício e da dificuldade que essas pessoas têm nessa atividade que, embora seja difícil, hoje tem muita tecnologia e ficou mais facilitada.

Mas o extremo oeste de Santa Catarina ainda é uma das grandes regiões produtoras do estado. Por isso é justa a homenagem que v.exa. faz.

O que me traz a esta tribuna, deputado Valdir Cobalchini, deputados e deputadas, é a questão da adulteração, deputado Reno Caramori, do leite.

Eu sou produtor de leite, tenho parceria com minha família, com meu irmão, na produção do leite e sei o quanto a minha família presa pela qualidade deste produto, o quanto os bons produtores investem para ter qualidade, para vender ao consumidor segurança no produto que vai consumir.

Aliás, tem que se dizer que é um produto que está na mesa desde a criança nascida até o meio idoso. Todos aqueles que têm o hábito de consumir leite. Isso não tem idade, não tem cor, não tem enfim, nenhum preconceito daqueles que são os consumidores. Mas, sim, um produto que é um das bases da alimentação das pessoas, da população humana.

E quando vemos algumas indústrias querendo fazer uma melhoria de ganho em cima de um produto que é consumido pelos inocentes, pelas crianças, quando vemos que é preciso envolver o Ministério Público, a Polícia Militar, o Gaeco, para ir buscar aqueles que fizeram a adulteração deste produto, não podemos nos calar.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos aqueles que participaram desta operação, que foram investigar quem são as pessoas sem consciência que fizeram esse tipo de crime com a população brasileira.

Em segundo lugar, parabênizo os integrantes do ministério da Agricultura, da Cidasc, que foram os responsáveis pela inspeção desses produtos. E acredito que essas indústrias envolvidas sejam inspecionadas pelo ministério da Agricultura, mas pode ser que alguma tenha inspeção estadual.

Mas o que importa realmente, deputado Reno Caramori, é saber o nome das indústrias e das transportadoras envolvidas com o fato, e mais ainda, saber os lotes desses produtos que podem estar, ainda, nas prateleiras dos supermercados.

Isso é muito ruim para a indústria boa, que preserva, que faz um produto que tem qualidade, que respeita o consumidor, que respeita o produtor e que respeita a marca dela, porque essa indústria está sendo penalizada também. Mas o maior penalizado, além do consumidor, é o nosso produtor. No momento em que se põe em dúvida um produto que está sendo consumido a primeira coisa que acontece é a diminuição do consumo e, quando diminui o consumo, a primeira tendência é baixar o preço na mão do nosso produtor.

Estou apresentando à comissão de Agricultura, deputado Reno Caramori, um pedido para que possamos no máximo, na próxima quarta-feira, ouvir os representantes do Ministério Público e os representantes da Polícia Militar, que trabalharam nessa investigação.

E acredito que tenhamos que convidar o superintendente do ministério da Agricultura de Santa Catarina e, quem sabe, o presidente da Cidasc, para buscar melhores esclarecimentos sobre esta questão que, eu não tenho nenhuma dúvida, é um crime bárbaro. E eu repito. O leite está na mesa de todos os brasileiros, é o alimento número um das crianças e não se sabe quais as consequências que estes produtos agregados, proibidos, podem trazer à saúde da nossa população no dia de amanhã.

Então, tenham absoluta certeza de que o ministério da Agricultura, através dos seus fiscais, tem condições de fazer esse trabalho e de fazer esta fiscalização, embora saibamos que não temos à disposição, tanto de uma entidade quanto de outra, técnicos em quantidade suficiente para fazer toda essa fiscalização necessária.

Que se penalize àqueles que cometeram essa injustiça, mas que se faça justiça àqueles que têm nessa produção a atividade principal do seu ganho de vida. Que se preserve a indústria que tem consciência de ter um produto de qualidade oferecido aos seus consumidores e que se preserve o produtor que tem consciência, que sua, que trabalha, inclusive nos feriados, sábados e domingos, que faz um produto com qualidade para

oferecer ao mercado, que investe no seu rebanho, na sanidade do seu rebanho, na higiene da produção do leite, que põe tecnologia para oferecer um produto de primeira qualidade que, alguns, adulteram pela ganância, às vezes, de alguns centavos.

Eu espero que a comissão de Agricultura, da qual faço parte, possa, na próxima semana, deputado Reno Caramori, senhores deputados e senhoras deputadas, ouvir os responsáveis por esse episódio. Cumprimento, mais uma vez, o Ministério Público, a Polícia Militar e o Gaeco, que tiveram esse trabalho de ir buscar e punir aqueles que estão brincando com um produto tão sério quanto o leite no consumo do dia a dia da população brasileira.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que ainda estão na Casa. Naturalmente que a nossa intervenção nesta tarde não pode fugir de uma avaliação, embora breve e sucinta, das eleições que participamos, nós, brasileiros, no último final de semana, com 142 milhões de brasileiros que estavam credenciados para tal, dentre os quais, pelo menos 110 milhões foram às urnas.

E é claro, deputado Nilson Gonçalves, que nós, agora, neste Parlamento, conversando com a população no dia a dia, deputado Reno Caramori - que, infelizmente, vai nos deixar para uma nova etapa da vida, para uma merecida aposentadoria, depois de seis mandatos. Saiba que sempre o tive como professor aqui na Casa -, sabemos que ficam algumas arestas do ponto de vista psicológico e político-administrativo, numa eleição tão acirrada como foi essa e que, como tem se dito e repetido, dividiu o Brasil, não necessariamente em nordeste

e sul, mas em categorias, em formas de pensamento e de conceitos da administração pública.

Do ponto de vista psicológico, do ponto de vista da alma do brasileiro, e aí talvez o maior, o mais forte e intenso retrato dessa guerra psicológica não tenha sido os debates, as estratégias discursivas, as narrativas para desconstruir o opositor, especificamente no segundo turno que, certamente são lembranças negativas que precisamos imergi-las no mar do esquecimento, mas também do ponto de vista ainda psicológico e, principalmente pós-eleições, o que vimos foi a truculência discursiva nas redes sociais, lamentáveis, de ambos os lados.

Eu prefiro dizer que o que ficou para trás lá deve ficar, pois essa ressurreição de sentimentos amargos, azedos, negativos não contribui para a construção de uma democracia forte e saudável como desejamos. Precisamos superar essa questão para a perspectiva administrativa e política do Brasil pelos próximos quatro anos.

Eu conversava domingo à noite com várias pessoas - estava num evento, em Joinville -, e havia aqueles que, naturalmente, demonstravam felicidade porque tinham apostado na Dilma Rousseff; outros, pensativos porque tinham votado em Aécio Neves, e, ainda, os que estavam indiferentes, que anularam o voto ou simplesmente abstiveram-se do processo eleitoral.

Não podemos ser arautos do preconceito que alimenta esse momento pós-eleitoral carregado de ódio, de calúnia e de mentira. É preciso estar nas trincheiras de lutas na busca de construir um país sem discriminação, defendendo sempre a democracia, a liberdade e a dignidade humana.

Gostaria de me voltar para a perspectiva político-administrativa do país que vamos ter nos próximos quatro anos. A presidente Dilma Rousseff foi eleita, sabemos, de forma bastante apertada, e precisamos cobrar dela para que sejam honrados os compromissos assumidos, primeiramente, com a nação, com o Brasil nos seus vários diferentes e múltiplos aspectos, e também na infraestrutura, como tanto almejamos, no controle dos gastos, na

redução da carga tributária, na melhoria da segurança pública, sobretudo, na questão das fronteiras, na competitividade do setor produtivo, na questão da saúde, passando de 4% para, pelo menos, 10% do investimento do governo federal na saúde pública, no nosso SUS.

Mas gostaria também de enfatizar os compromissos da presidente Dilma Rousseff, e aí tendo o governador Raimundo Colombo como fiel deste compromisso, deste contrato, deste acordo, deste pacto, firmado para Santa Catarina, na pessoa do sr. governador e da presidente eleita, Dilma Rousseff, salientando algumas questões pontuais para o nosso estado, entre as quais, de infraestrutura ligadas as nossas rodovias, como a BR-282, que liga o oeste catarinense à cidade de Lages, principalmente no que diz respeito a impulso aos agronegócios, a conclusão da BR-101.

Refiro-me à questão do Morro dos Cavalos, o túnel tão esperado; a própria conclusão da famosa Ponte de Laguna, no vale do Itajaí para contenção das cheias, um projeto que já está a todo vapor, mas que precisa ser concluído e que vai certamente trazer benefícios para mais de um milhão de catarinense do ponto de vista da segurança de vidas, também do patrimônio, da economia.

Questões pontuais aqui para a capital como o aeroporto Hercílio Luz, com perspectiva de um novo terminal; a própria via expressa aqui na capital, que liga a BR-101 a BR-280, que vai dar um fôlego à mobilidade urbana; o porto de São Francisco e a famosa ferrovia ou as ferrovias, porque temos a Ferrovia de Integração, que vem do oeste para o litoral, mas temos também a Ferrovia Litorânea, que sai lá de Imbituba, passa pelos portos de Itajaí e de Navegantes e vai até o porto de São Francisco. Poderíamos ir para o oeste e falar, por exemplo, do aeroporto de Chapecó, com investimento previsto em torno de R\$ 35 milhões para o terminal e também o novo pátio das aeronaves.

Também quanto à duplicação da BR-470, que temos insistido aqui durante esses quatro anos e que, felizmente, três etapas da duplicação estão em andamento, embora de forma lenta, mas

precisamos acelerar esse processo até para melhorar a mobilidade e dar mais agilidade à economia, atraindo investimentos de empresas que deixam de se estabelecer no vale do Itajaí por causa da falta de infraestrutura, por causa da demora da duplicação da BR-470. São várias as obras que esperamos que o nosso governador tenha, de fato, vez e voz para cobrar da presidente Dilma. Queremos ações de forma rápida, ágil e pontual para o bem de todos os catarinenses.

Concluindo, sr. presidente, nessa rápida leitura das eleições do último domingo, esperamos que a presidente Dilma, no seu novo mandato, possa consolidar as parcerias que foram anunciadas, aliançadas, pactuadas com Santa Catarina, em nível de Brasil, e avançar nos índices de desenvolvimento em toda a nossa nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, especialmente, deputado Reno Caramori, cuja trajetória sempre acompanhei. Sei que v.exa. nunca está de malas prontas e, se não tiver outra atividade, será o intérprete para a América do Sul nos encontros do Parlasul, como já o fez em nossos encontros.

Acompanhei quase todos os programas do nosso candidato à Presidência da República e o que me chamou a atenção foi o fato de um assunto relevante para Brasil sequer ter sido mencionado: o saneamento básico.

Não sei se é orientação dos marqueteiros, porque obviamente o que interessa é o voto da população e talvez falar de saneamento, dando ênfase para o tratamento do esgoto, seja um assunto que não interesse à população, mas quero dar um destaque especial a essa questão porque quando falamos em saúde não podemos deixar de falar em tratamento de saneamento básico, água tratada e o tratamento do esgoto sanitário.

O Brasil continua sendo um dos países mais atrasados quanto à implantação de projetos de execução de esgotamento sanitário. É comum que órgãos de controle do país manifestem-se quanto ao corte de uma árvore, mesmo daquela que coloca em risco a vida das pessoas. Não se pode derrubar uma árvore porque pode comprometer o meio ambiente. Não se pode fazer uma agricultura utilizando a água dos rios, porque vai comprometer o meio ambiente. Infelizmente, na avaliação desses órgãos ambientais, parece que vai acabar o mundo. Não se pode sequer fazer o corte de uma vegetação, muitas vezes rasa, para fazer o projeto de uma via pública, de uma faixa adicional, porque vai comprometer o meio ambiente. Em contrapartida, o esgoto sanitário vai para as ruas, as nascentes, os riachos. Isso pode continuar que não tem problema. O que contamina mais as águas? Devemos proteger as nascentes, os rios. Mas não adianta preservar uma faixa de mata à beira-rio se o esgoto está sendo jogado no mesmo. E muitas vezes isso acontece também nas praias.

Há uma incoerência no Brasil quando se fala na questão ambiental porque não se discute o saneamento básico. Não ouvi propostas dos candidatos nesse sentido, principalmente de quem está no Poder e vai dar sequência ao governo nos próximos quatro anos.

Primeiramente, o governo federal tem uma posição ideológica de não fazer concessão de água para o setor privado, que é o que resolve, porque se aporta dinheiro para resolver o problema. Obviamente a concessão tem um prazo para a exploração do serviço, mas dentro do modelo de concessão permitido pelo governo não há interesse do setor privado. E isso vale também nas outras questões estruturais, para rodovias, portos, aeroportos, bem como na área de energia, que é outro gargalo. Então, as concessões não estão funcionando porque não há desejo, interesse do setor privado. Dizem que isso é responsabilidade do poder público, mas quando ele não dá conta, como é o caso no Brasil, que se faça a concessão!

O Brasil não está dando conta da economia e da infraestrutura, por isso, cabe ao governo ter compromisso com uma educação, segurança e saúde de qualidade. Esses três pilares são de compromisso, de responsabilidade dos governos, seja municipal, estadual ou federal. E, no caso dos demais serviços que o governo não esteja dando conta, faça-se a concessão!

E no caso do saneamento básico eu não vejo nem a concessão nem investimentos do próprio governo federal a altura do que o Brasil precisa. Muitas cidades, muitos projetos foram iniciados, mas não deram sequência. E também vejo municípios que colocaram sua própria rede coletora. Um alto investimento, que é compensador pela qualidade de vida que traz, no entanto, não fizeram a ligação. Isso é jogar dinheiro no lixo! Porque de nada adianta fazer a rede, fazer a estação de tratamento e não fazer as ligações. Isso é uma irresponsabilidade com interesses políticos eleitorais, não tem outra explicação. Poderia citar alguns municípios a começar pelo meu.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Quero cumprimentá-lo por voltar a esta tribuna, novamente, trazendo esse problema que v.exa. já fez referência em outras oportunidades.

Vou falar sobre uma coisa concreta que acontece no meu município, v.exa. disse que no seu também acontece.

No meu município eu levei a TVAL e fizemos um levantamento das empresas, que diziam, eram poluentes, mas que, na verdade, não poluíam absolutamente nada. Foi constatado! Pedi para TVAL filmar o esgoto que saía por um lado e, por outro, a água que se juntava às bocas de tubos, que vinha da rua, que corria permanentemente levando o esgoto para a rua.

Então, fica aqui registrado nos anais desta Casa, através da TVAL, que mostramos que a água da empresa saía límpida e, do outro lado, meio metro de distância, saía outro tubo com o esgoto da

cidade, um verdadeiro absurdo. As autoridades municipais sabem disso. V.Exa. tem toda razão.

É o que digo, vou repetir aqui: O Rio do Peixe, na minha terra, é um corredor de fezes. Esse é o termo que se adequa à situação. Pegando as fezes de Caçador e de todos os municípios ao longo do rio para tratar os peixes lá no rio Uruguai, para tratar os dourados. Porque até hoje todos esses municípios possuem um esgoto correndo diretamente e o Rio do Peixe é o grande coletor.

Mas o nosso rio está morto em consequência das autoridades competentes e não das indústrias, porque as indústrias, o poder privado, não poluem, estão mantendo rigorosamente, obedecendo às leis, e o poder público fecha o olho para isso.

Mas corte uma bracatinga para cozinhar o feijão para ver o que acontece? O esgoto está correndo sempre para o rio, constante, e ninguém enxerga isso. É isso que lamentamos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado. Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Para concluir, deputado, aconselhamos não pescar dourados naqueles rios, porque certamente a procedência não é da melhor qualidade, pela alimentação que estão utilizando nos rios.

Para finalizar, vamos voltar a esse assunto porque ele merece estar na pauta das prioridades dos eminentes deputados federais, estaduais e, principalmente, do Executivo Federal, que tem o compromisso maior de dar sequência a esse projeto tão importante à população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.